



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026

UASG nº 102168 – EACH/USP

Processo SEI nº **154.00007959/2026-88**

OBJETO

Aquisição de recarga de gás para botijão 45 kg, nos termos do inciso II do caput do art. 75 da Lei federal nº 14.133/2021.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Estimativa de preços realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

DATA DA SESSÃO

Dia **03/06/26**

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das **08h00** até **14h00**

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Critério de Julgamento: menor preço por item

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA | 3 |
| 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA. | 3 |
| 3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL | 5 |
| 4. FASE DE LANCES..... | 7 |
| 5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS | 7 |
| 6. HABILITAÇÃO..... | 9 |
| 7. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO | 10 |
| 8. CONTRATAÇÃO..... | 11 |
| 9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS | 12 |
| 10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 14 |

Universidade de São Paulo
Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Processo SEI nº 154.00007959/2026-88

Torna-se público que a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por meio da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, realizará Dispensa Eletrônica com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese do inciso II, *caput*, do artigo 75 da [Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024](#) e demais normas aplicáveis.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. O objeto do presente procedimento de dispensa de licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **aquisição de recarga de gás para botijão 45 kg**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.
 - 1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

- 2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.
 - 2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento/serviço que pretende atender.
 - 2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](#).
 - 2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão/entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 2.2. Para **o(s) item(ns) aquisição de recarga de gás para botijão 45 kg**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
 - 2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

- 2.3. Nos limites previstos no artigo 4º da Lei federal nº 14.133/2021 e na Lei Complementar federal nº 123/2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no artigo 34 da Lei federal nº 11.488/2007 e no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.
- 2.4. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
- 2.4.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) Anexo(s);
- 2.4.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.4.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021;
 - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021;
 - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
 - f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
 - g) não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
 - h) a vedação de que trata a alínea g deste subitem, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
 - i) organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
 - j) sociedades cooperativas;
 - k) pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

2.5. Será permitida a participação de:

a) cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

a.1) Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007.

2.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.7. O disposto na alínea “c” do subitem 2.4.3. aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. O fornecedor **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para contratação.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.4.1. Quando o objeto abranger a contratação de serviços, a proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Independentemente do percentual do tributo que constar da proposta/planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que compõe o Anexo I deste Aviso, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto contratado nos seus termos, bem como de fornecer/utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 3.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias corridos, a contar da data de sua apresentação.
- 3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 - 3.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 3.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;
 - 3.8.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
 - 3.8.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).
 - 3.8.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).
- 3.9. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no artigo 34 da Lei federal nº 11.488/2007 (**se admitida a participação de cooperativas**) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar a exceção dos §§ 2º e 3º do artigo 4º supracitado, conforme especificado no item 3.9.1 subsequente](#).
 - 3.9.1. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar federal nº 123/2006 as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização do certame, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do artigo 4º da Lei federal nº 14.133/2021.
 - 3.9.2. Na hipótese de se verificar a exceção especificada no item 3.9.1, o fornecedor deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar federal nº 123/2006.
 - 3.9.3. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).
 - 3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste Aviso.
 - 3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

- 3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
- 3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.3. O lance deverá ser ofertado pelo *valor unitário* do item.
- 4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.4.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 4.4.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é **de R\$ 0,01 (Um centavo)**.
- 4.5. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.6. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.7. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.8. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.8.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, poderá haver a negociação das condições mais vantajosas.
- 5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
- 5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

- 5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.
 - 5.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, na hipótese de modelo disponibilizado pela Administração neste Aviso, com os valores adequados à proposta vencedora.
- 5.4. Encerrada a etapa de negociação, será verificado se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.4. e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 5.4.1. SICAF;
 - 5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
 - 5.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
 - 5.4.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
 - 5.4.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
 - 5.4.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
 - 5.4.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 5.5. Sempre que aplicável, as consultas aos cadastros acima serão realizadas em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
 - 5.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
 - 5.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
 - 5.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus Anexos.
- 5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

- 5.8.1. conter vícios insanáveis;
- 5.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso ou em seus Anexos;
- 5.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação, se for o caso;
- 5.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - 5.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 5.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
 - 5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
 - 5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.
- 5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

- 6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- 6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de **60 (sessenta)** minutos, sob pena de inabilitação. (art. 17, § 2º - [Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024](#)).
- 6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.5. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.6. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, no caso de centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 7.1. Qualquer fornecedor poderá apresentar recurso administrativo quanto aos atos de julgamento de proposta e de habilitação ou inabilitação.
- 7.2. O Agente de Contratação irá consultar os fornecedores, via chat, sobre eventual intenção de interpor recurso.
- 7.3. A intenção de recorrer, devidamente motivada, deverá ser manifestada imediatamente, via CHAT, sob pena de preclusão;
- 7.4. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 7.5. As razões recursais deverão ser encaminhadas via *e-mail*: compras-each@usp.br no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data do ato de habilitação ou inabilitação.
- 7.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 7.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais fornecedores será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

- 7.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 7.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, mediante solicitação formal via e-mail: compras-each@usp.br.
- 7.10. Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, exauridos os recursos administrativos, e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no artigo 71 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8. CONTRATAÇÃO

- 8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
 - 8.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada;
 - 8.1.2. Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar;
 - 8.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL” nos termos da Lei Estadual nº 12.799/2008;
 - 8.1.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 5.4.
- 8.2. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:
 - 8.2.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida no Termo de Referência que compõe o Anexo I deste Aviso;
 - 8.2.2. outra(s) exigência(s) que seja(m) definida(s) no Termo de Referência.
- 8.3. O adjudicatário terá o prazo de 05 (*cinco*) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
 - 8.3.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.
 - 8.3.2. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.
 - 8.3.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

- 8.4. O Aceite do instrumento equivalente, quando houver, emitido ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 8.4.1. referido instrumento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 8.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;
 - 8.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 8.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência e/ou Termo de Contrato, quando houver.
- 8.6. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1. Observadas as disposições da [Resolução USP nº 8548/2023](#), que integra este Aviso, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), quais sejam:
- 9.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 9.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 9.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
 - 9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 9.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
 - 9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
 - 9.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 9.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
 - 9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
 - 9.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

- 9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal e da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da extinção do instrumento contratual, resguardado o direito à ampla defesa (art. 24 – [Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024](#)), às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multa calculada em percentual de 2% a 30% sobre o valor respectivo indicado nos artigos 4º, 8º e 9º, da Resolução USP nº 8548/2023, conforme o caso, observadas as demais disposições da mencionada normativa;
 - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 9.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#)).
- 9.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).
- 9.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#)).
- 9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).
- 9.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis (art. 26, alínea “b” – Resolução USP nº 8548/2023), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):
- 9.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 9.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 9.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 9.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
 - 9.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

- 9.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#)).
- 9.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.13. As multas devidas pelo contratado poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente (art. 11 – Resolução USP nº 8548/2023).
- 9.14. As multas e demais débitos não pagos pelo contratado são passíveis de registro no **CADIN** Estadual, mediante prévio procedimento administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, em consonância com o disposto na Portaria GR nº 6723/2016.
- 9.15. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade nos seguintes sistemas:
 - 9.15.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);
 - 9.15.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
 - 9.15.3. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções - (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
 - 9.15.4. Sistema Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
 - 10.1.1. republicar o presente Aviso com uma nova data;
 - 10.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;
 - 10.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
 - 10.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 10.2. As providências dos subitens 10.1.1 e 10.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

- 10.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 10.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 10.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 10.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 10.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 10.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 10.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 10.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 10.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 10.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
 - ANEXO I – Termo de Referência
 - ANEXO II – Proposta Comercial
 - ANEXO III – Orientações sobre a retenção de imposto de renda

São Paulo, na data da assinatura digital.

Prof. Dr. Marcelo Fantinato
Diretor – EACH/USP

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

**TERMO DE REFERÊNCIA - FORNECIMENTO
CONTRATAÇÃO DIRETA**

**ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

Processo SEI nº 154.00007959/2026-88

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO


1.1. Aquisição de recarga de gás para botijão 45 kg, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE TOTAL |
|------|---|--------|-------------------|------------------|
| 01 | <p><u>RECARGA DE GLP – BOTIJÃO P-45 (45 kg)</u> (Gás Liquefeito de Petróleo – uso geral/laboratorial/cozinha) Fornecimento de recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), acondicionado em recipiente transportável tipo P-45 (45 kg), mediante sistema de troca de vasilhame, destinado ao atendimento das demandas operacionais da unidade.</p> <p><u>Composição do GLP</u> O GLP é uma mistura de hidrocarbonetos leves, composta predominantemente por: Propano (C₃H₈) e Butano (C₄H₁₀)</p> <p><u>Características técnicas:</u> Estado: líquido sob pressão / gasoso à pressão atmosférica Odorização: adição de mercaptana (odor característico para detecção de vazamentos) Alto poder calorífico Combustão limpa (baixo teor de resíduos sólidos)</p> <p><u>Especificações Técnicas</u> Capacidade: 45 kg de GLP Tipo de recipiente: Cilindro padrão P-</p> | 461651 | Unidade | 06 |

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | <p>45 Material: Aço carbono de alta resistência Pressurização: Conforme padrão para gases liquefeitos Identificação: Gravação permanente no corpo do recipiente (tara, fabricante, número de série)</p> <p><u>Normas e Conformidade</u> O fornecimento deverá atender rigorosamente às seguintes normas e regulamentos: ANP (Agência Nacional do Petróleo): Regulamentação vigente para produção, envase, distribuição e comercialização de GLP INMETRO: Selo de conformidade obrigatório no vasilhame Inspeção periódica e requalificação do cilindro ABNT: NBR 8460 – Recipientes transportáveis de aço para GLP NBR 13794 – Requalificação de recipientes transportáveis para GLP</p> <p><u>Outras exigências:</u> Atendimento às normas de segurança para transporte de produtos perigosos</p> <p><u>Condições do Vasilhame (Obrigatórias)</u></p> <p>O botijão fornecido deverá:</p> <ul style="list-style-type: none">- Estar em perfeitas condições de uso;- Não apresentar: amassados estruturais; corrosão severa; vazamentos; <p>Possuir:</p> <ul style="list-style-type: none">- lacre inviolável;- válvula em perfeito estado;- data de requalificação válida;- identificação legível;- Estar aprovado em inspeção do INMETRO. <p>Sistema de Fornecimento (Base de Troca) <u>O fornecimento será realizado mediante troca de vasilhame (cheio por vazio):</u> A contratante entrega o botijão vazio (P-45); A contratada fornece um botijão cheio, equivalente; Não será exigida correspondência de</p> | | | |
|--|--|--|--|--|

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | <p>marca, desde que atendidas todas as normas técnicas.</p> <p><u>Segurança e Operação</u></p> <p>O produto deverá garantir: Ausência de vazamentos; Estabilidade do recipiente durante transporte e uso; Odorização adequada (detecção de vazamento); Compatibilidade com reguladores padrão P-45; Com lacre de segurança na parte superior e etiquetas com as informações do produto e do fornecedor; Atendimento às normas de segurança contra incêndio e explosão.</p> <p><u>Transporte e Entrega</u></p> <p>Transporte conforme legislação de produtos perigosos; Veículos devidamente identificados e regularizados; Entrega por profissional capacitado; Substituição segura do cilindro, quando aplicável.</p> <p><u>Critérios de Aceitação</u></p> <p>A Administração poderá: Recusar vasilhames fora das condições exigidas; Exigir substituição imediata;</p> <p><u>Verificar:</u></p> <ul style="list-style-type: none">- integridade do lacre;- conformidade do selo INMETRO;- estado físico do recipiente.  | | | |
|--|--|--|--|--|

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP



- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência e do Anexo IV desse edital.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias contados do(a) data de assinatura do contrato/termo de início do fornecimento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

- 1.5. O **CONTRATADO** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência e Anexo IV.

3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025. A necessidade foi identificada e registrada no Documento da Formalização da Demanda (DFD) 79.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência e Anexo I.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:
 - 4.1.1. Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
 - 4.1.2. Origem e Produção: Priorizar a aquisição de itens produzidos no Brasil, contribuindo para o fortalecimento da indústria nacional, pautada por critérios que equilibrem as necessidades de pesquisa com a responsabilidade ambiental e social. Que utilizem recursos naturais de forma eficiente e sustentável.
- 4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias**, contados do(a) data de assinatura do contrato/termo de início dos **fornecimentos**, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **10 (dez) dia(s)** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Arlindo Bétio, 1.000 – Ermelino Matarazzo, São Paulo – SP – CEP 03828-000. A entrega será acompanhada pela Seção de Almoxarifado da Escola. O material deverá ser entregue na Seção Técnica dos Serviços de Laboratórios, no Prédio A3 (CMP-3) térreo, Abrigo de Gás.
- 5.4. No ato da entrega, o prazo de validade dos produtos não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) da validade total, recomendada pelo fabricante, a partir da sua data de fabricação.

Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

- 5.5 O prazo de garantia dos materiais é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. A Universidade de São Paulo poderá convocar representante do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17](#)).
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).
- 6.9. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO** ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III](#)).
- 6.10. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV](#)).
- 6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).
- 6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).

Fiscalização Administrativa

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III](#)).
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV](#)).
- 6.15. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

- 6.16. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º](#)).
- 6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX](#)).
- 6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII](#)).
- 6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII](#)).
- 6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único](#)).
- 6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **30 (trinta)** dias, a contar da notificação do **CONTRATADO**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **10 (dez)** dias úteis.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertinente à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**;

- 7.10. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

Prazo de pagamento

- 7.12. O pagamento será efetuado no prazo não inferior a 28 (vinte e oito) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023 e da [Portaria GR nº 8249/2023](#).
- 7.12.1. São condições para a liberação do pagamento:
- a) O recebimento definitivo do objeto;
 - b) A entrega da documentação fiscal completa;
 - c) A não existência de registro do **CONTRATADO** no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pelo **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do Decreto Estadual nº 53.455/2008.
- 7.13. Havendo atraso no pagamento dos contratos celebrados pela Universidade de São Paulo, por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado monetariamente pelo **IPC-FIPE** na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado, tornando-se passível de responsabilização aquele que der causa ao atraso imotivado.
- 7.13.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.
- 7.13.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pela empresa contratada.
- 7.14. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.
- 7.15. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

- 7.16. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.
- 7.17. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.

Forma de pagamento

- 7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.
- 7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.19.1. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.
- 7.19.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.20. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, caput, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Forma de fornecimento

- 8.2. **O fornecimento do objeto será integral.**

Exigências de habilitação

- 8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:
- SICAF;
 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
 - d. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
 - e. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
 - f. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
 - g. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 8.4. A consulta ao cadastro especificado na alínea “d” do item anterior será realizada em nome da pessoa jurídica fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.6. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.
- 8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

8.12. Observadas as disposições do art. 18 do Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024, e considerando que o objeto desta contratação se encontra enquadrado no Inciso I, deverá ser apresentada a seguinte documentação:

8.12.1. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa)**, do domicílio ou sede do fornecedor;

8.12.1.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.2. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (**DAU**) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.12.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.3. Não há estimativa do custo total da contratação, pois esta será realizada concomitantemente à seleção de propostas economicamente mais vantajosa.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: **Escola de Artes, Ciências e Humanidades;**
- II. Fonte de Recursos: **Tesouro;**
- III. Programa de Trabalho: **Orçamento 2026;**
- IV. Elemento de Despesa: **33903024.**
- V. Plano Interno: **Planejamento da Unidade.**

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

- 10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Ana Paula Vicente

Técnico para assuntos administrativos

ANEXO II - PROPOSTA COMERCIAL

À Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo

Prezados Senhores,

Pela presente, apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas., nossa Proposta Comercial, observada a descrição do objeto constante do Anexo I:

1 – IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

SITE:

NOME DO REPRESENTANTE:

EMAIL:

FONE:

Observação: Nos valores apresentados deverão estar incluídos, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do Proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto licitado. Não será admitida a proposta parcial, isto é, a oferta deverá abranger a integralidade do item de interesse da Proponente.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

2 – PROPOSTA:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE E TOTAL | MARCA | MODELO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|------|---|-------------------|--------------------|-------|--------|----------------|-------------|
| 01 | <p><u>RECARGA DE GLP – BOTIJÃO P-45 (45 kg)</u></p> <p>(Gás Liquefeito de Petróleo – uso geral/laboratorial/cozinha).</p> <p>Fornecimento de recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), acondicionado em recipiente transportável tipo P-45 (45 kg), mediante sistema de troca de vasilhame, destinado ao atendimento das demandas operacionais da unidade.</p> <p><u>Composição do GLP</u></p> <p>O GLP é uma mistura de hidrocarbonetos leves, composta predominantemente por: Propano (C₃H₈) e Butano (C₄H₁₀)</p> <p><u>Características técnicas:</u></p> <p>Estado: líquido sob pressão / gasoso à pressão atmosférica Odorização: adição de mercaptana (odor característico para detecção de vazamentos) Alto poder calorífico Combustão limpa (baixo teor de resíduos sólidos)</p> <p><u>Especificações Técnicas</u></p> <p>Capacidade: 45 kg de GLP Tipo de recipiente: Cilindro padrão P-45 Material: Aço carbono de alta resistência Pressurização: Conforme padrão para gases liquefeitos Identificação: Gravação permanente no corpo do recipiente (tara, fabricante, número de série)</p> <p><u>Normas e Conformidade</u></p> | Unidade | 06 | | | | |

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

| | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|
| <p>O fornecimento deverá atender rigorosamente às seguintes normas e regulamentos:</p> <p>ANP (Agência Nacional do Petróleo): Regulamentação vigente para produção, envase, distribuição e comercialização de GLP</p> <p>INMETRO: Selo de conformidade obrigatório no vasilhame Inspeção periódica e requalificação do cilindro</p> <p>ABNT: NBR 8460 – Recipientes transportáveis de aço para GLP NBR 13794 – Requalificação de recipientes transportáveis para GLP</p> <p><u>Outras exigências:</u></p> <p>Atendimento às normas de segurança para transporte de produtos perigosos</p> <p><u>Condições do Vasilhame (Obrigatórias)</u></p> <p>O botijão fornecido deverá:</p> <ul style="list-style-type: none">- Estar em perfeitas condições de uso;- Não apresentar: amassados estruturais; corrosão severa; vazamentos; <p>Possuir:</p> <ul style="list-style-type: none">- lacre inviolável;- válvula em perfeito estado;- data de requalificação válida;- identificação legível;- Estar aprovado em inspeção do INMETRO. <p>Sistema de Fornecimento (Base de Troca)</p> <p><u>O fornecimento será realizado mediante troca de vasilhame (cheio por vazio):</u></p> <p>A contratante entrega o botijão vazio (P-45); A contratada fornece um botijão cheio, equivalente; Não será exigida correspondência de marca, desde que atendidas todas</p> | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

| | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|
| <p>as normas técnicas.</p> <p><u>Segurança e Operação</u></p> <p>O produto deverá garantir: Ausência de vazamentos; Estabilidade do recipiente durante transporte e uso; Odorização adequada (detecção de vazamento); Compatibilidade com reguladores padrão P-45; Com lacre de segurança na parte superior e etiquetas com as informações do produto e do fornecedor; Atendimento às normas de segurança contra incêndio e explosão.</p> <p><u>Transporte e Entrega</u></p> <p>Transporte conforme legislação de produtos perigosos; Veículos devidamente identificados e regularizados; Entrega por profissional capacitado; Substituição segura do cilindro, quando aplicável.</p> <p><u>Critérios de Aceitação</u></p> <p>A Administração poderá: Recusar vasilhames fora das condições exigidas; Exigir substituição imediata;</p> <p><u>Verificar:</u></p> <ul style="list-style-type: none">- integridade do lacre;- conformidade do selo INMETRO;- estado físico do recipiente. | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|

3 – DAS DEMAIS CONDIÇÕES:

Prazo de garantia: **Garantia mínima: 12 Meses;**

Prazo de entrega: **não superior a 30 dias corridos**

Prazo de pagamento: 28 dias corridos.

Validade da proposta: 60 dias corridos.

Encaminhar catálogo técnico correspondente aos modelos ofertados, a fim de comprovar as especificações técnicas descritas na proposta.

Conta bancária no Banco do Brasil:

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 102/2026 – EACH/USP

Estamos de acordo com os termos da Resolução USP nº 8548, de 13 de dezembro de 2023, cujo teor encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>.

Declaramos total concordância com os termos do Aviso de Contratação Direta, seus anexos e demais condições da presente dispensa de licitação.

_____, ____ de _____ de _____.

(Local e Data)

(Nome e assinatura do representante legal da Empresa/Cargo)

ANEXO III – ORIENTAÇÕES SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Universidade de São Paulo, na condição de Autarquia Especial do Governo do Estado de São Paulo, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna “IR (02)” do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.



USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código 658C-E3Z4-49NK-2WEW no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/658C-E3Z4-49NK-2WEW>

Marcelo Fantinato

Nº USP: 6618816

Data: 21/05/2026 16:06

Ana Paula Vicente

Nº USP: 3036044

Data: 21/05/2026 14:29

DEMANDA DE COMPRA Nº 145999/2026

Tendo como base o disposto no artigo 18 - § 1º - o estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

A presente contratação tem por objeto a aquisição de recargas de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), em botijões tipo P-45 (45 kg), destinada ao atendimento das demandas operacionais dos laboratórios de pesquisa (Prédio A3 – CMP3), laboratórios didáticos (Prédio A2) e da cozinha do Laboratório de Gastronomia da EACH/USP.

O GLP constitui insumo essencial para o funcionamento de equipamentos laboratoriais e atividades práticas, sendo utilizado como combustível para bicos de Bunsen, fogão industrial e outros processos que demandam fonte térmica controlada. Sua utilização é indispensável para a execução de experimentos, análises e atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A ausência ou descontinuidade no fornecimento do GLP implicará impactos diretos e relevantes, tais como:

- paralisação de atividades laboratoriais e práticas acadêmicas;
- comprometimento de experimentos em andamento, com risco de perda de insumos e amostras;
- prejuízo à formação acadêmica dos estudantes;
- atraso em cronogramas de pesquisa e projetos institucionais;
- redução da capacidade operacional dos laboratórios.

A demanda encontra-se formalmente prevista no Documento de Formalização de Demanda – DFD nº 79/2025, tendo sua quantidade (06 recargas) dimensionada com base no consumo histórico, na capacidade de armazenamento e no aumento previsto das atividades laboratoriais, em consonância com o planejamento institucional.

Dessa forma, a contratação revela-se necessária para garantir a continuidade dos serviços públicos educacionais e científicos, atendendo ao interesse público e às finalidades institucionais da EACH/USP.

Os requisitos seguirão as especificações descritas pelo órgão gerenciador (EACH/USP) no seu termo de referência, conforme apontado no DFD nº 79/2025 da UASG 102168.

II - Descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, em todas as suas dimensões, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho.

A contratação deverá atender aos requisitos técnicos, legais, operacionais e de sustentabilidade necessários e suficientes para garantir o fornecimento seguro, contínuo e adequado do GLP, conforme descrito a seguir:

1. Requisitos técnicos do produto

- Fornecimento de GLP (mistura de propano e butano), conforme especificações da ANP;
- Acondicionamento em recipiente transportável tipo P-45 (45 kg);
- Gás devidamente odorizado (presença de agente odorante para detecção de vazamentos);
- Produto com qualidade compatível para uso em atividades laboratoriais e operacionais.

2. Requisitos dos recipientes (botijões)

- Cilindros fabricados em aço, em conformidade com normas da ABNT (NBR 8460 e NBR 13794);
- Presença obrigatória de selo de conformidade do INMETRO;
- Recipientes requalificados dentro do prazo de validade;
- Ausência de avarias estruturais, corrosão, vazamentos ou deformações;
- Válvula em perfeito estado de funcionamento;
- Lacre de segurança inviolável no momento da entrega;
- Identificação legível de lote, fabricante e dados técnicos.

3. Requisitos regulatórios e legais

- Atendimento integral às normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
- A contratada deverá comprovar autorização para comercialização e distribuição de GLP;
- Atendimento às normas de transporte de produtos perigosos;
- Regularidade fiscal, técnica e operacional da contratada.

4. Requisitos operacionais

- Fornecimento mediante sistema de troca (botijão vazio por cheio);
- Entrega no prazo máximo de até 15 (dias) dias corridos, ou conforme necessidade operacional;
- Entrega diretamente nos locais indicados pela Administração;
- Realização da entrega por profissional capacitado;
- Garantia de abastecimento contínuo, evitando desabastecimento.

5. Requisitos de segurança

Transporte realizado conforme normas de segurança para produtos perigosos;
Garantia de estanqueidade e ausência de vazamentos;
Compatibilidade com sistemas de uso existentes (reguladores e instalações);
Orientação técnica, quando necessário, sobre manuseio seguro.

6. Requisitos de sustentabilidade

Utilização de recipientes reutilizáveis (sistema de logística reversa intrínseco ao GLP);
Adoção de práticas que minimizem impactos ambientais no transporte e distribuição;
Conformidade com diretrizes de redução de emissões e uso eficiente de recursos.

7. Requisitos de desempenho e continuidade

Capacidade da contratada de assegurar fornecimento regular;
Garantia de reposição imediata em caso de não conformidade;
Atendimento às demandas institucionais sem interrupções.

III - Levantamento de mercado, consistente na análise das alternativas possíveis, e justificativas técnica e econômica da escolha da solução a contratar.

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis para o fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) em botijões de 45 kg (P-45), bem como avaliar a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e operacional.

1. Alternativas analisadas

a) Aquisição de recarga de GLP (sistema de troca de botijões – P-45)

Modelo amplamente adotado por órgãos públicos, instituições de ensino e estabelecimentos comerciais, consistindo na substituição do botijão vazio por um cheio, fornecido por empresa autorizada pela ANP.

Vantagens:

Disponibilidade imediata do insumo;
Baixo custo inicial (sem aquisição de ativos permanentes);
Manutenção e requalificação dos recipientes sob responsabilidade do fornecedor;
Logística simplificada e amplamente difundida no mercado;
Conformidade com práticas consolidadas de segurança e rastreabilidade.

Desvantagens:

Dependência de fornecedores locais;
Necessidade de controle de estoque para evitar desabastecimento.

b) Aquisição de central de GLP (tanque estacionário com fornecimento contínuo)

Sistema fixo com abastecimento a granel, geralmente utilizado em instalações de maior porte.

Vantagens:

Abastecimento contínuo;
Redução da necessidade de manuseio de botijões.

Desvantagens:

Alto custo de implantação (infraestrutura, adequações e projetos);
Necessidade de licenciamento técnico e adequações de segurança;
Inviabilidade econômica para consumo de pequena escala;
Maior complexidade contratual.

c) Substituição por outras fontes energéticas (energia elétrica ou gás natural encanado)

Vantagens:

Potencial redução de riscos associados ao armazenamento de GLP;
Possibilidade de integração com infraestrutura urbana (no caso de gás natural).

Desvantagens:

Necessidade de substituição de equipamentos (bicos de Bunsen, fogões, etc.);
Custos elevados de adaptação da infraestrutura;
Incompatibilidade com determinadas aplicações laboratoriais;
Ausência de rede de gás natural disponível em todas as unidades;
Impacto direto na continuidade das atividades.

d) Locação de cilindros com fornecimento vinculado

Vantagens:

Possibilidade de padronização de recipientes;
Inclusão de serviços agregados.

Desvantagens:

Custos recorrentes superiores;
Restrição de competitividade;
Não usual para GLP P-45 em pequena escala.

2. Análise de contratações similares

Verificou-se que a maioria das contratações públicas para fornecimento de GLP, especialmente em instituições de ensino e órgãos administrativos, adota o modelo de aquisição por recarga com sistema de troca de botijões, em razão de sua simplicidade, economicidade e ampla disponibilidade no mercado.

Tal prática está consolidada no âmbito da Administração Pública, não havendo evidência de inovação tecnológica que supere, de forma economicamente viável, a solução atualmente adotada para demandas de pequeno e médio consumo.

3. Avaliação econômica e operacional

A análise comparativa demonstrou que:

A implantação de soluções estruturais (tanques ou conversões energéticas) apresenta custo significativamente superior, sem ganho proporcional de eficiência para a demanda identificada;

O modelo de recarga permite flexibilidade de fornecimento, adequando-se à variação de consumo;

A ampla oferta de fornecedores no mercado favorece a competitividade e obtenção de melhores preços;

O sistema de troca incorpora, de forma indireta, princípios de economia circular, com reutilização dos recipientes.

4. Aspectos de sustentabilidade e logística

O modelo de fornecimento por recarga apresenta vantagens ambientais relevantes:

Reutilização contínua dos botijões (logística reversa intrínseca);

Redução da necessidade de fabricação de novos recipientes;

Otimização logística consolidada no setor;

Combustível com menor emissão de particulados em comparação a outras fontes fósseis.

5. Justificativa da solução escolhida

Diante das alternativas analisadas, a aquisição de recargas de GLP em botijões P-45, mediante sistema de troca, configura-se como a solução mais vantajosa para a Administração, pelos seguintes motivos:

Atende integralmente às necessidades operacionais dos laboratórios e áreas de apoio;

Apresenta menor custo global, considerando aquisição, operação e manutenção;

Dispensa investimentos em infraestrutura e adaptações;

Possui ampla oferta de fornecedores, garantindo competitividade;

Está alinhada às práticas usuais da Administração Pública;

Permite implementação imediata, sem interrupção das atividades.

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis para o fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) em botijões de 45 kg (P-45), bem como avaliar a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e operacional.

1. Alternativas analisadas

a) Aquisição de recarga de GLP (sistema de troca de botijões – P-45)

Modelo amplamente adotado por órgãos públicos, instituições de ensino e estabelecimentos comerciais, consistindo na substituição do botijão vazio por um cheio, fornecido por empresa autorizada pela ANP.

Vantagens:

Disponibilidade imediata do insumo;

Baixo custo inicial (sem aquisição de ativos permanentes);

Manutenção e requalificação dos recipientes sob responsabilidade do fornecedor;

Logística simplificada e amplamente difundida no mercado;

Conformidade com práticas consolidadas de segurança e rastreabilidade.

Desvantagens:

Dependência de fornecedores locais;

Necessidade de controle de estoque para evitar desabastecimento.

b) Aquisição de central de GLP (tanque estacionário com fornecimento contínuo)

Sistema fixo com abastecimento a granel, geralmente utilizado em instalações de maior porte.

Vantagens:

Abastecimento contínuo;

Redução da necessidade de manuseio de botijões.

Desvantagens:

Alto custo de implantação (infraestrutura, adequações e projetos);

Necessidade de licenciamento técnico e adequações de segurança;

Inviabilidade econômica para consumo de pequena escala;

Maior complexidade contratual.

c) Substituição por outras fontes energéticas (energia elétrica ou gás natural encanado)

Vantagens:

Potencial redução de riscos associados ao armazenamento de GLP;

Possibilidade de integração com infraestrutura urbana (no caso de gás natural).

Desvantagens:

Necessidade de substituição de equipamentos (bicos de Bunsen, fogões, etc.);

Custos elevados de adaptação da infraestrutura;

Incompatibilidade com determinadas aplicações laboratoriais;

Ausência de rede de gás natural disponível em todas as unidades;

Impacto direto na continuidade das atividades.

d) Locação de cilindros com fornecimento vinculado

Vantagens:

Possibilidade de padronização de recipientes;
Inclusão de serviços agregados.

Desvantagens:

Custos recorrentes superiores;
Restrição de competitividade;
Não usual para GLP P-45 em pequena escala.

2. Análise de contratações similares

Verificou-se que a maioria das contratações públicas para fornecimento de GLP, especialmente em instituições de ensino e órgãos administrativos, adota o modelo de aquisição por recarga com sistema de troca de botijões, em razão de sua simplicidade, economicidade e ampla disponibilidade no mercado.

Tal prática está consolidada no âmbito da Administração Pública, não havendo evidência de inovação tecnológica que supere, de forma economicamente viável, a solução atualmente adotada para demandas de pequeno e médio consumo.

3. Avaliação econômica e operacional

A análise comparativa demonstrou que:

A implantação de soluções estruturais (tanques ou conversões energéticas) apresenta custo significativamente superior, sem ganho proporcional de eficiência para a demanda identificada;

O modelo de recarga permite flexibilidade de fornecimento, adequando-se à variação de consumo;

A ampla oferta de fornecedores no mercado favorece a competitividade e obtenção de melhores preços;

O sistema de troca incorpora, de forma indireta, princípios de economia circular, com reutilização dos recipientes.

4. Aspectos de sustentabilidade e logística

O modelo de fornecimento por recarga apresenta vantagens ambientais relevantes:

Reutilização contínua dos botijões (logística reversa intrínseca);

Redução da necessidade de fabricação de novos recipientes;

Otimização logística consolidada no setor;

Combustível com menor emissão de particulados em comparação a outras fontes fósseis.

5. Justificativa da solução escolhida

Diante das alternativas analisadas, a aquisição de recargas de GLP em botijões P-45, mediante sistema de troca, configura-se como a solução mais vantajosa para a Administração, pelos seguintes motivos:

Atende integralmente às necessidades operacionais dos laboratórios e áreas de apoio;

Apresenta menor custo global, considerando aquisição, operação e manutenção;

Dispensa investimentos em infraestrutura e adaptações;

Possui ampla oferta de fornecedores, garantindo competitividade;

Está alinhada às práticas usuais da Administração Pública;

Permite implementação imediata, sem interrupção das atividades.

6. Conclusão do levantamento de mercado

Conclui-se que a solução adotada é tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e operacionalmente viável, não havendo alternativa que, no contexto atual, apresente melhor relação custo-benefício para atendimento da demanda identificada.

IV - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.

A solução consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento, sob demanda, de recargas de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) em botijões tipo P-45 (45 kg), mediante sistema de troca de vasilhames (botijão vazio por cheio), destinados ao atendimento das atividades laboratoriais, didáticas e operacionais da EACH/USP.

O GLP fornecido deverá atender integralmente às especificações técnicas e de qualidade estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sendo composto predominantemente por mistura de propano e butano, adequado para uso em equipamentos laboratoriais (bicos de Bunsen), fogões industriais e demais aplicações térmicas. Os botijões deverão estar em conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente NBR 8460 e NBR 13794, e conter selo de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), além de lacre de inviolabilidade, identificação do lote e prazo de requalificação válido.

A execução contratual compreenderá: fornecimento contínuo conforme demanda da Administração; logística de transporte seguro até os locais indicados (prédios A2 e A3); substituição imediata de botijões em desconformidade; e cumprimento rigoroso das normas de segurança no armazenamento, manuseio e transporte de gás combustível. A entrega deverá ocorrer em prazo máximo previamente estabelecido (ex.: até 7 dias corridos), podendo haver atendimento emergencial conforme necessidade operacional.

Não há exigência de manutenção preventiva ou corretiva, por se tratar de fornecimento de insumo consumível. Contudo, a contratada deverá garantir a integridade dos recipientes, responsabilizando-se pela rastreabilidade, inspeção periódica (requalificação) e conformidade dos cilindros. Deverá ainda disponibilizar

suporte técnico orientativo, incluindo instruções de segurança, boas práticas de uso e atendimento em caso de incidentes ou não conformidades.

A solução proposta é compatível com a infraestrutura existente, não exigindo adaptações ou investimentos adicionais, assegurando rápida implementação, continuidade operacional e atendimento pleno às necessidades institucionais de ensino, pesquisa e extensão.

V - Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi definida com base no consumo histórico da unidade, na capacidade operacional dos setores atendidos (laboratórios A2, A3 e cozinha do Laboratório de Gastronomia) e na previsão de aumento da demanda, conforme registrado no DFD nº 79/2025.

1. Quantidade estimada

Item: Recarga de GLP (botijão P-45 – 45 kg)

Quantidade: 06 (seis) recargas

2. Memória de cálculo

A estimativa considerou os seguintes parâmetros operacionais:

a) Consumo médio por unidade

Consumo médio mensal estimado: 1 botijão P-45/mês (considerando uso combinado em laboratório e cozinha);

b) Período de atendimento

Período de cobertura previsto: até 6 meses (ou conforme planejamento da unidade);

c) Cálculo da demanda

1 botijão / a cada 2 meses x 12 meses = 6 botijões.

3. Critérios considerados na estimativa

A definição da quantidade levou em consideração:

Utilização contínua em atividades laboratoriais (bicos de Bunsen);

Uso operacional em cozinha didática (fogão industrial);

Frequência de atividades práticas e experimentais;

Margem de segurança para evitar desabastecimento;

Capacidade de armazenamento físico da unidade;

Novo modelo de gestão com previsão de aumento da demanda.

4. Justificativa técnica da quantidade

A quantidade estimada mostra-se adequada e proporcional à demanda, evitando:

Subdimensionamento, que poderia ocasionar interrupção das atividades;

Superdimensionamento, que geraria custos desnecessários e risco de armazenamento prolongado.

Trata-se, portanto, de quantitativo tecnicamente suficiente e economicamente equilibrado, compatível com o consumo real da unidade.

5. Interdependência com outras contratações

Não há interdependência direta com outras contratações para viabilização desta demanda.

Contudo, destaca-se que o consumo de GLP está funcionalmente relacionado:

ao uso de equipamentos laboratoriais existentes (bicos de Bunsen);

ao funcionamento da cozinha do Laboratório de Gastronomia.

Tais equipamentos já se encontram disponíveis, não sendo necessária contratação adicional.

6. Economia de escala

Considerando:

o baixo volume da demanda;

a natureza do fornecimento (recarga unitária);

a ampla oferta de fornecedores locais;

não se identificam ganhos relevantes de economia de escala por ampliação do quantitativo.

A aquisição na quantidade estimada representa o ponto de equilíbrio entre:

custo,

logística,

e necessidade operacional.

Vide estimativa anexa.

Vide anexo para o elemento V.

VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços de mercado, observando os parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando valores praticados por fornecedores do ramo para fornecimento de recarga de GLP em botijões tipo P-45 (45 kg), no âmbito regional.

1. Objeto da estimativa

Item: Recarga de GLP (botijão P-45 – 45 kg)

Unidade de fornecimento: Recarga (troca de vasilhame)

Quantidade: 06 (seis) unidades

2. Memória de cálculo

A composição do valor estimado considerou o preço unitário médio obtido na pesquisa de mercado:

Valor unitário estimado: R\$ 477,00

Quantidade: 6 unidades

Cálculo do valor total:

$6 \times R\$ 477,00 = R\$ 2.862,00$

Valor total estimado da contratação: R\$ 2.862,00

3. Metodologia da pesquisa de preços

A estimativa foi construída com base em:

Levantamento de preços junto a fornecedores do segmento de GLP devidamente autorizados;

Observação de valores praticados no mercado local e regional;

Compatibilização com contratações similares da Administração Pública, quando disponíveis;

Consideração de variações logísticas e operacionais (entrega, transporte e troca de vasilhame).

A metodologia adotada busca refletir o preço de mercado vigente, evitando distorções que possam comprometer a economicidade ou a viabilidade da contratação.

4. Justificativa do valor estimado

O valor estimado mostra-se compatível com os preços praticados no mercado, considerando:

a natureza padronizada do insumo (GLP);

a ampla oferta de fornecedores;

o modelo de fornecimento por recarga (sem aquisição de ativo);

os custos logísticos envolvidos (transporte e distribuição);

as exigências de segurança e conformidade normativa (ANP, INMETRO e ABNT).

Destaca-se que o valor contempla não apenas o produto (GLP), mas também:

a disponibilização do recipiente em condições adequadas;

a logística de entrega;

a substituição do vasilhame;

os custos indiretos associados ao fornecimento.

5. Viabilidade orçamentária

A contratação apresenta baixo impacto orçamentário, sendo plenamente compatível com os recursos disponíveis para a unidade, conforme planejamento estabelecido no DFD nº 79/2025.

6. Sigilo da estimativa (quando aplicável)

A Administração poderá, a seu critério, manter o detalhamento da pesquisa de preços em anexo classificado, nos termos da legislação vigente, com o objetivo de preservar a competitividade do certame até sua conclusão.

Vide anexos para o elemento VI.

Vide anexo para o elemento VI.

VII - Justificativas para o parcelamento ou não da solução.

A solução proposta consiste na aquisição de recargas de GLP em botijões tipo P-45 (45 kg), mediante sistema de troca de vasilhame, caracterizando-se como fornecimento padronizado, de baixa complexidade técnica e amplamente disponível no mercado.

Não se vislumbra ganho de eficiência, economicidade ou ampliação da competitividade com eventual parcelamento da solução em lotes ou grupos, tendo em vista que o objeto é homogêneo, indivisível do ponto de vista operacional e com especificação técnica única, não havendo variação de características que justifique segmentação.

A contratação por item único (recarga P-45) simplifica a gestão contratual, reduz riscos logísticos e assegura padronização no fornecimento, especialmente quanto à segurança dos vasilhames, conformidade normativa (ANP, INMETRO e ABNT) e rastreabilidade das recargas. Além disso, evita a pulverização de fornecedores, o que poderia comprometer a previsibilidade de abastecimento e aumentar o risco de descontinuidade.

Adicionalmente, considerando que o mercado de GLP é amplamente competitivo e regulado, com diversos distribuidores autorizados aptos ao fornecimento, a adoção de item único não restringe a competitividade, ao contrário, favorece a participação de fornecedores regulares e devidamente credenciados.

Dessa forma, conclui-se que não se aplica o parcelamento da solução, sendo a contratação por item único a alternativa mais eficiente, segura e economicamente adequada para atendimento da demanda institucional.

VIII - Contratações correlatas e/ou interdependentes.

Após análise da demanda, verifica-se que a presente contratação não depende da realização prévia ou concomitante de outras contratações para sua viabilidade, sendo operacionalmente autônoma.

O fornecimento de recargas de GLP em botijões tipo P-45 destina-se ao atendimento de infraestrutura já existente e plenamente funcional, composta por equipamentos laboratoriais (bicos de Bunsen), fogão industrial e sistemas de utilização compatíveis, não sendo necessária aquisição adicional de bens, serviços ou adequações estruturais.

Como contratações correlatas, de natureza indireta e não condicionante, podem ser mencionadas aquelas relacionadas à manutenção predial, aquisição de equipamentos laboratoriais e insumos de consumo utilizados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Tais contratações, contudo, não influenciam

diretamente a execução do objeto, nem condicionam sua eficácia, tratando-se apenas de elementos do contexto operacional da unidade.

Destaca-se, ainda, que o sistema de fornecimento por troca de vasilhames incorpora, de forma intrínseca, atividades como inspeção, requalificação e logística dos recipientes, já sob responsabilidade da contratada, dispensando contratações acessórias para tais finalidades.

Dessa forma, conclui-se que não há contratações interdependentes necessárias, sendo a presente demanda suficiente em si mesma para o atendimento da necessidade institucional, o que contribui para a simplificação do processo, redução de riscos e maior eficiência na execução contratual.

IX - Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração, observadas as disposições do artigo 16 do Decreto nº 67.689, de 3 de maio de 2023.

A presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da unidade, estando alinhada ao planejamento institucional e às necessidades operacionais da EACH/USP, em conformidade com o artigo 16 do Decreto nº 67.689/2023.

A demanda está formalmente vinculada ao Documento de Formalização de Demanda (DFD) nº 79/2025, o qual consolida a necessidade de fornecimento de recargas de GLP (botijão P-45 – 45 kg) para atendimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas nos prédios laboratoriais e áreas de apoio da unidade.

A inclusão no PCA evidencia o adequado planejamento da contratação, garantindo:

previsibilidade orçamentária;

alinhamento com as diretrizes institucionais;

racionalização das aquisições;

aderência às boas práticas de governança pública.

Destaca-se que a contratação é recorrente e essencial à continuidade das atividades operacionais, não se tratando de demanda eventual ou superveniente, mas sim de necessidade contínua previamente identificada e planejada.

Dessa forma, resta demonstrado o pleno alinhamento da contratação com o planejamento da Administração, atendendo aos requisitos legais e de governança estabelecidos.

X - Demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

A presente contratação visa assegurar o fornecimento contínuo e seguro de GLP (botijão P-45), garantindo a plena execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão nos laboratórios e áreas de apoio da unidade.

Sob o aspecto da economicidade, a solução adotada (recarga por sistema de troca de vasilhames) representa a alternativa mais vantajosa, pois:

elimina custos com aquisição e manutenção de recipientes;

evita investimentos em infraestrutura (tanques ou adaptação para outras fontes energéticas);

reduz custos indiretos relacionados à interrupção de atividades;

permite aquisição sob demanda, evitando desperdícios e estoques excessivos.

No que se refere ao aproveitamento dos recursos humanos, a contratação:

dispensa treinamentos adicionais, por utilizar sistema já consolidado;

evita retrabalho decorrente de interrupções operacionais;

garante continuidade das atividades laboratoriais e didáticas, otimizando o tempo de docentes, técnicos e alunos.

Quanto aos recursos materiais e financeiros, a solução:

preserva a integridade dos equipamentos existentes (bicos de Bunsen e fogões);

evita perdas de insumos e experimentos por falta de combustível;

assegura previsibilidade orçamentária com base em consumo estimado;

mantém compatibilidade com a infraestrutura instalada, sem necessidade de adaptações.

Como resultados concretos, espera-se:

continuidade ininterrupta das atividades laboratoriais;

execução eficiente de experimentos e práticas didáticas;

redução de riscos operacionais e de desabastecimento;

manutenção da qualidade e confiabilidade dos resultados acadêmicos e científicos.

Dessa forma, a contratação demonstra-se eficiente, econômica e alinhada ao interesse público, promovendo o uso racional dos recursos disponíveis e assegurando a continuidade das atividades institucionais.

XI - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.

A unidade dará acesso para a entrega do material nos horários de expediente da seção demandante, que são:

Segunda a sexta-feira: das 08h às 11h e das 13h às 16h.

Responsabilidade pelo Acompanhamento da Entrega: A entrega será acompanhada pelo Almoxarifado da

Escola, que orientará o fornecedor até o local de destino.

A entrega deverá ocorrer no seguinte endereço:

Rua Arlindo Bétio, 1000 - Ermelino Matarazzo, São Paulo - SP, 03828-000

Local de Destino: O material deverá ser entregue na Seção Técnica dos Serviços de Laboratórios, no Prédio A3 (CMP-3), Térreo, (Abrigo de Gás).

Responsável pelo Recebimento: as recargas serão recebidas pelo Técnico de Laboratório: Clarino do Divino Vieira e ou Alzira da Silva Ribeiro.

XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

A contratação de recargas de GLP apresenta impactos ambientais inerentes à cadeia produtiva do combustível, especialmente relacionados à emissão de gases de efeito estufa e ao transporte de produtos perigosos. Contudo, tais impactos são mitigados pelas características do próprio GLP e pelas exigências regulatórias aplicáveis.

O GLP é considerado um combustível de combustão mais limpa, com baixa emissão de material particulado e menor impacto ambiental quando comparado a outras fontes fósseis, contribuindo para melhor desempenho ambiental nas atividades laboratoriais.

Como medidas mitigadoras, estabelece-se que a contratada deverá:

cumprir integralmente as normas ambientais e regulatórias aplicáveis (ANP, transporte de produtos perigosos);

adotar práticas logísticas eficientes, com otimização de rotas de entrega e redução do consumo de combustível;

garantir a reutilização contínua dos botijões (sistema de logística reversa intrínseco), evitando descarte inadequado de recipientes;

assegurar que os vasilhames estejam em adequado estado de conservação, prevenindo vazamentos e riscos ambientais;

observar boas práticas de armazenamento e transporte, minimizando riscos de acidentes.

Adicionalmente, o modelo de fornecimento por troca de vasilhames contribui para a economia circular, uma vez que os recipientes são reutilizados, inspecionados e requalificados continuamente, reduzindo a necessidade de fabricação de novos cilindros.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais são controlados, mitigáveis e compatíveis com a natureza da contratação, atendendo aos princípios da sustentabilidade e do uso racional de recursos.

XIII - Manifestação conclusiva sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Com base no Estudo Técnico Preliminar realizado, conclui-se que a contratação de recargas de GLP (botijão P-45 – 45 kg), mediante sistema de troca de vasilhames, é tecnicamente adequada, economicamente viável e plenamente alinhada ao interesse público.

A solução escolhida demonstrou-se a mais vantajosa dentre as alternativas analisadas, atendendo integralmente às necessidades operacionais da unidade, com segurança, eficiência e conformidade normativa, sem demandar investimentos adicionais em infraestrutura ou adaptações.

Restou evidenciado que a não contratação implicaria riscos significativos, tais como interrupção de atividades laboratoriais, prejuízo ao ensino e à pesquisa, além de impactos negativos na execução das atividades institucionais.

Adicionalmente, a contratação apresenta baixo impacto orçamentário, ampla disponibilidade de fornecedores no mercado e aderência ao planejamento institucional (PCA/DFD), reforçando sua viabilidade sob os aspectos técnico, econômico e administrativo.

Diante do exposto, manifesta-se favoravelmente pela viabilidade e adequação da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo nos termos propostos.

ANEXO PARA O ELEMENTO V

| ITEM | DESCRIÇÃO DO ITEM | UNIDADE DE COMPRA | QTD |
|------|-------------------|-------------------------|-----|
|------|-------------------|-------------------------|-----|

RECARGA DE GLP – BOTTIÃO P-45 (45 kg)
(Gás Liquefeito de Petróleo – uso geral/laboratorial/cozinha)

Fornecimento de recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), acondicionado em recipiente transportável tipo P-45 (45 kg), mediante sistema de troca de vasilhame, destinado ao atendimento das demandas operacionais da unidade.

Composição do GLP

O GLP é uma mistura de hidrocarbonetos leves, composta predominantemente por:

Propano (C₃H₈) e Butano (C₄H₁₀)

Características técnicas:

Estado: líquido sob pressão / gasoso à pressão atmosférica
Odorização: adição de mercaptana (odor característico para detecção de vazamentos)
Alto poder calorífico
Combustão limpa (baixo teor de resíduos sólidos)

Especificações Técnicas

Capacidade: 45 kg de GLP
Tipo de recipiente: Cilindro padrão P-45
Material: Aço carbono de alta resistência
Pressurização: Conforme padrão para gases liquefeitos
Identificação: Gravação permanente no corpo do recipiente (tara, fabricante, número de série)

Normas e Conformidade

O fornecimento deverá atender rigorosamente às seguintes normas e regulamentos:

ANP (Agência Nacional do Petróleo):
Regulamentação vigente para produção, envase, distribuição e comercialização de GLP

INMETRO:

Selo de conformidade obrigatório no vasilhame
Inspeção periódica e requalificação do cilindro

ABNT:

NBR 8460 – Recipientes transportáveis de aço para GLP
NBR 13794 – Requalificação de recipientes transportáveis para GLP

Outras exigências:

Atendimento às normas de segurança para transporte de produtos perigosos

Condições do Vasilhame (Obrigatórias)

O botijão fornecido deverá:

Estar em perfeitas condições de uso;

Não apresentar:

amassados estruturais; corrosão severa; vazamentos;

Possuir:

lacre inviolável;

válvula em perfeito estado;

data de requalificação válida;

identificação legível;

Estar aprovado em inspeção do INMETRO.

Sistema de Fornecimento (Base de Troca)

Unidade
(em
Cilindros
de P45)

6

ANEXO PARA O ELEMENTO VI

| ITEM | DESCRIÇÃO DO ITEM (OBJETO) | Unidade de Compra | QTD | Valor unitário (estimado) | Valor total (estimado) |
|------|---|-------------------------------|-----|---------------------------|------------------------|
| 1 | <p>RECARGA DE GLP – BOTTÃO P-45 (45 kg) (Gás Liquefeito de Petróleo – uso geral/laboratorial/cozinha)</p> <p>Fornecimento de recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), acondicionado em recipiente transportável tipo P-45 (45 kg), mediante sistema de troca de vasilhame, destinado ao atendimento das demandas operacionais da unidade.</p> <p>Composição do GLP</p> <p>O GLP é uma mistura de hidrocarbonetos leves, composta predominantemente por:</p> <p>Propano (C₃H₈) e Butano (C₄H₁₀)</p> <p>Características técnicas:</p> <p>Estado: líquido sob pressão / gasoso à pressão atmosférica Odorização: adição de mercaptana (odor característico para detecção de vazamentos) Alto poder calorífico Combustão limpa (baixo teor de resíduos sólidos)</p> <p>Especificações Técnicas Capacidade: 45 kg de GLP Tipo de recipiente: Cilindro padrão P-45 Material: Aço carbono de alta resistência Pressurização: Conforme padrão para gases liquefeitos Identificação: Gravação permanente no corpo do recipiente (tara, fabricante, número de série)</p> <p>Normas e Conformidade</p> <p>O fornecimento deverá atender rigorosamente às seguintes normas e regulamentos:</p> <p>ANP (Agência Nacional do Petróleo): Regulamentação vigente para produção, envase, distribuição e comercialização de GLP INMETRO: Selo de conformidade obrigatório no vasilhame Inspeção periódica e requalificação do cilindro ABNT: NBR 8460 – Recipientes transportáveis de aço para GLP NBR 13794 – Requalificação de recipientes transportáveis para GLP Outras exigências: Atendimento às normas de segurança para transporte de produtos perigosos</p> <p>Condições do Vasilhame (Obrigatórias)</p> <p>O botijão fornecido deverá:</p> <p>Estar em perfeitas condições de uso; Não apresentar: amassados estruturais; corrosão severa; vazamentos; Possuir: lacre inviolável; válvula em perfeito estado; data de requalificação válida; identificação legível; Estar aprovado em inspeção do INMETRO.</p> <p>Sistema de Fornecimento (Base de Troca)</p> <p>O fornecimento será realizado mediante troca de vasilhame (cheio por vazio):</p> <p>A contratante entrega o botijão vazio (P-45); A contratada fornece um botijão cheio, equivalente; Não será exigida correspondência de marca, desde que atendidas todas as normas técnicas.</p> <p>Segurança e Operação</p> <p>O produto deverá garantir:</p> <p>Ausência de vazamentos; Estabilidade do recipiente durante transporte e uso; Odorização adequada (detecção de vazamento); Compatibilidade com reguladores padrão P-45; Com lacre de segurança na parte superior e etiquetas com as informações do produto e do fornecedor; Atendimento às normas de segurança contra incêndio e explosão.</p> <p>Transporte e Entrega</p> <p>Transporte conforme legislação de produtos perigosos; Veículos devidamente identificados e regularizados; Entrega por profissional capacitado; Substituição segura do cilindro, quando aplicável.</p> <p>Critérios de Aceitação</p> <p>A Administração poderá:</p> <p>Recusar vasilhames fora das condições exigidas; Exigir substituição imediata; Verificar: integridade do lacre; conformidade do selo INMETRO; estado físico do recipiente.</p> | Unidade (em Cilindros de P45) | 6 | R\$ 477,00 | R\$ 2.862,00 |

Referências de Preços Médios do Item

Fonte: internet, dia 04/05/2026.

Item 1 - RECARGA PARA BOTIJOÃO DE GLP (GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO) (GÁS DE COZINHA) - Botijão de 45kg - Valor Médio: R\$ 477,00

The screenshot shows the Cariri Gás Butano website. The page title is 'Cariri Gás Butano' and it identifies the user as a 'Revendedor Autorizado Nacional Gás'. The main product is 'Recarga P-45 de GLP', which is a 45kg gas cylinder. The price is listed as R\$550,00, with a crossed-out original price of R\$550,00. There is a quantity selector set to '1' and an 'Adicionar ao carrinho' button. The category is 'Recarga de GLP'. The website interface includes a search bar, navigation menu, and a shopping cart icon.

The screenshot shows the Transgás Ultragás website. The page title is 'BOTIJOÃO DE GÁS ULTRAGAZ 45KG'. The price is listed as R\$ 479,90, with a crossed-out original price of R\$ 909,70. There is a quantity selector set to '1' and a 'COMPRAR' button. The product is described as 'BOTIJOÃO DE GÁS ULTRAGAZ 45KG INDUSTRIAL'. The website interface includes a search bar, navigation menu, and a shopping cart icon.


belagas.com.br/produto/botijao-p45-45kg/7srstlid=Afm8OopiXnE6HNraVRs3NFEINzVF3FNzA7Ag9DoANsVISQc-50lzPikH

Instalar

Ponto_fractal Siste... GLPI - Chamados ... Sistemas USP USP | Portal de Servi... Reserva de Salas equipe - Laboratóri... YouTube inicio NFS-e | Portal Contr... ZAP Receita Federal do... Chat Perplexity Todos os favoritos

Belo Página Inicial Loja Login Registrar

Início / Botijão de gás / Botijão P45 – 45kg



Botijão P45 – 45kg

R\$449,99

Compre este produto agora e ganhe 450 Pontos!

- 1 + Adicionar ao carrinho

Descrição

Descrição

O Botijão P45 é a escolha ideal para estabelecimentos comerciais de grande porte e indústrias que demandam grande volume de gás GLP. Com capacidade de 45kg, ele oferece longa duração e pode ser utilizado em diversos tipos de equipamentos, como fornos industriais, caldeiras e aquecedores de água de alta capacidade. Também é indicado para residências com uso intensivo de gás, como casas com aquecimento central a gás.

Características:

17:40 04/05/2026



USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código TEKC-M8AG-MM97-ZXJ4 no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/TEKC-M8AG-MM97-ZXJ4>

Ervin Sriubas Junior

Nº USP: 3745390

Data: 11/05/2026 13:23